

Emenda que desvincula receitas federais vai à promulgação

Aprovada em segundo turno com 57 votos favoráveis, 16 contrários e duas abstenções, mudança constitucional que reduz a rigidez na execução do Orçamento da União deverá vigorar até 2003

Senadoras e deputadas participaram de ato em frente ao Congresso Nacional



MULHERES RECEBEM HOMENAGEM EM SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO

PÁGINA 8

Proposta de emenda constitucional que desvincula receitas da União foi aprovada ontem, em segundo turno, pelo Plenário do Senado. A alteração constitucional deverá, agora, ser promulgada em sessão do Congresso Nacional para entrar em vigor. Dez senadores se manifestaram na sessão de ontem durante a votação da proposta, cujas regras vigoram até 2003.

20%
da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União ficam desvinculados, no Orçamento, de qualquer despesa previamente fixada

PÁGINA 3

Teste de DNA para reconhecer paternidade poderá ser gratuito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Geraldo Cândido que torna gratuitos os exames de código genético (DNA) em processos judiciais para reconhecimento de paternidade.

PÁGINA 5

ACM TENTARÁ DERRUBAR NO SENADO DUPLICAÇÃO DO TETO DO FUNCIONALISMO

PÁGINA 4

Amin considera responsabilidade fiscal "útil e necessária"

Governador Esperidião Amin participou de reunião conjunta da CAE e da CI sobre o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal.

PÁGINA 7



Esperidião Amin afirma que governadores não são contrários ao projeto

HERANÇA GENÉTICA

O DNA (ou, em português, ácido desoxirribonucléico) contém o código genético que todos os seres vivos utilizam para definir as suas características individuais. Ele é encontrado em todas as células de todas as criaturas vivas e é exclusivo daquele indivíduo, exceto no caso de gêmeos idênticos.

O teste pode ser realizado a partir da coleta do material em crianças a partir do primeiro dia de vida ou, até mesmo, a partir da décima semana de gravidez.

Os testes de paternidade devem fornecer a evidência de que o homem examinado, se não foi excluído, é o pai da criança.



Cerca de **R\$ 700** é o preço mínimo de um exame do tipo realizado em laboratórios brasileiros.

0% é a margem de erro nos casos de exclusão

99% é o grau de confiabilidade para confirmação da paternidade

Fontes: Laboratórios Gene, Biogenetics e Reference.

Senado aprova nome do diretor-geral da Abin

A votação no Plenário foi secreta, computando-se 60 votos favoráveis à indicação de Ariel Rocha de Cunto

Relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado a mensagem em que o presidente da República submeteu à deliberação da Casa a escolha de Ariel Rocha de Cunto para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de

Inteligência (Abin).

A votação foi secreta, computando-se 60 votos favoráveis, sete contrários e seis abstenções. O presidente do Senado anunciou que comunicará agora a decisão ao presidente da República.

Na mesma sessão, o Senado apro-

vou atos renovando as concessões outorgadas à Rádio Cultura de Poços de Caldas, de Poços de Caldas (MG), e à Fundação de Desenvolvimento de Picuí (Fundepi), de Picuí (PB), para explorarem serviços de radiodifusão sonora. A decisão agora vai à promulgação.

Projeto legaliza terreno de entidade de cegos

O Senado vota hoje projeto do Executivo doando à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza o imóvel situado à Rua Bezerra de Menezes, nº 892, no bairro do Alagadiço. A entidade funciona nesse endereço há mais de 56 anos e possui apenas o usufruto do imóvel.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirma que a Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza, além de deter, de forma lícita, o usufruto do imóvel a ser doado, tem nele edificada a sua sede e presta relevantes servi-

ços nas áreas de saúde e de assistência social.

Na mesma sessão, o Senado delibera sobre atos destinados a renovar as concessões outorgadas às rádios Cacique de Sorocaba, de Sorocaba (SP) e Difusora de Ituiutaba, de Ituiutaba (MG).

Comissão Mista dos Bingos realiza reunião hoje

A Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada de analisar a medida provisória que cria a taxa de funcionamento dos bingos reúne-se hoje, a partir das 10h, para avaliar as informações colhidas nas audiências públicas já realizadas. A MP fixa taxas entre R\$ 4 mil e R\$ 6 mil para esse funcionamento, e proíbe o controle de dois ou mais clubes esportivos por uma mesma empresa.

Tendo como relator o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), a comissão já discutiu em cinco audiências públicas a situação dos bingos e do futebol no país. Foram ouvidos, entre outros, o ministro de Esporte e Turismo, Rafael Greca; o presidente do Clube dos Treze (entidade que reúne os principais clubes de futebol do país), Fábio Koff; o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira; e o ex-jogador Zico, que foi ministro de Esportes no governo Collor e ajudou a elaborar mudanças na legislação esportiva.

Volta à CCJ emenda sobre nacionalidade

Uma emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) fez voltar para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade brasileira. A PEC, cuja discussão em primeiro turno foi encerrada ontem, visa corrigir interpretação dada ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior, visto que os consulados têm entendido que o registro dessas crianças deve ser feito em cartório localizado no Brasil.

A matéria voltará à CCJ porque, com uma emenda aditiva, Dutra quer introduzir na proposta um artigo estabelecendo que os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação da emenda de Lúcio Alcântara, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular



Emenda de Dutra quer solucionar situação que ficou pendente

brasileira competente, ou em ofício de registro, se vieram a residir no Brasil.

O propósito de Dutra é oferecer uma solução para a inviabilidade de reconhecimento, hoje em dia, da nacionalidade brasileira aos nascidos no estrangeiro, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, no período entre a promulgação da Emenda Constitucional

de Revisão nº 3, de 1994 e a entrada em vigor desta nova emenda à Constituição. Dutra argumentou que, em muitos casos, essas pessoas encontram-se, atualmente, na condição de apátridas.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) reconheceu a necessidade imperiosa de deixar isso mais claro, para suprir o período entre 1994 e os dias atuais. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que a idéia dessa emenda é restaurar princípio consolidado nas constituições federais de 67 e 88.

Brasil 500



Vazamento de óleo leva senadores ao Rio de Janeiro

A subcomissão criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) destinada a apurar o vazamento de óleo ocorrido na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, definiu ontem sua agenda de trabalho, reservando os dias 3 e 4 de abril para visitar o Rio e, o dia 5, o estado do Espírito Santo.

No primeiro dia, os senadores pretendem conversar com representantes de entidades não governamentais, visitar a Petrobras e estabelecer contato com o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Conema) do Rio de Janeiro. No segundo dia, observarão o local dos vazamentos e visitarão a Refinaria Duque de Caxias. De acordo com informações obtidas pelo relator da subcomissão, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), é possível que a refinaria necessite ser desativada para reforma e é importante que os senadores avaliem sua situação de funcionamento e segurança. O terceiro dia de trabalho será dedicado ao estado do Espírito Santo, atendendo a pedido do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

O presidente da subcomissão, senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), acredita que com esta pauta de trabalho será possível reunir elementos para, em reunião posterior, discutir com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, soluções para o problema. Por proposta de Geraldo Cândido, a comissão deverá ser acompanhada em suas visitas pelo Ministério Público.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h30 — Participa da entrega do segundo Prêmio Luís Eduardo Magalhães. Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 40/99, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza; *PDL nº 95/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cacique de Sorocaba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Sorocaba (SP); *PDL nº 98/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Ituiutaba para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ituiutaba (MG); *Requerimento nº 74/2000, da senadora Heloisa Helena solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3/2000, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais; e *Requerimento nº 75/2000, da senadora Marina Silva solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3/2000, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

COMISSÕES

9h — Comissão de Educação
Pauta: Audiência pública da Subcomissão do Cinema Brasileiro com Anselmo Duarte, ator e diretor; Denise Fraga, atriz de cinema e televisão; Luiz Villaça, diretor; Walkiria Barbosa, diretora do Festival de Cinema do Rio; Gabriel Priolli, coordenador do Festival de Gramado. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissões Mistas
Pauta: *Medida Provisória nº 2.011-5, que altera dispositivos da Lei nº 9.615/98, institui a Taxa de Autorização do Bingo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *Requerimento nº 13-CAE/2000, de autoria dos senadores Osmar Dias, Ney Suassuna e Luiz Otávio solicitando exposição do diretor de Finanças Públicas e Regimes Especiais do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, acerca dos Contratos de Antecipação de Receitas firmados por diversos estados brasileiros. Ala Senador Alexandre Costa, Sala — 19

ESPECIAL

Comemoração do Dia Internacional da Mulher
10h — Assinatura de Protocolos de Cooperação entre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Ministério do Trabalho, a Fundação Roberto Marinho e a Secretaria de Estado de Ação Social. Plenário da Câmara dos Deputados
10h30 — Paineis "Mulher e Poder". Auditório Tancredo Neves, no Ministério da Justiça
16h30 — Apresentação da peça "Mulheres Brasileiras" — Grupo de Teatro da Universidade de Brasília — Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

DRU é aprovada e vai vigorar até 2003

Emenda constitucional que desvincula de qualquer despesa previamente fixada 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União vai agora à promulgação em sessão do Congresso Nacional

Com 57 votos favoráveis, 16 contrários e duas abstenções, foi aprovada ontem a proposta de emenda constitucional que desvincula de qualquer despesa previamente fixada 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições recebidos pela União. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que agora serão feitas comunicações à Câmara dos Deputados e ao presidente da República, devendo também ser convocada sessão do Congresso Nacional para a promulgação da emenda.

Ao apresentar a proposta, em agosto do ano passado, o governo justificou que seu propósito era reduzir a rigidez da execução orçamentária e financeira, a fim de realocar recursos para o financiamento de despesas impossíveis de serem realizadas sem o endividamento adicional da União.

Em sua argumentação, o governo acrescentou que a emenda se inseria num contexto de mudança do regime fiscal do país.

Com a aprovação da matéria, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) substituirá o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), criado em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE). Ao ser votado na Câmara, o texto foi alterado para explicitar que a contribuição social do salário-educação estava fora da desvinculação proposta pelo governo. A Câmara também estabeleceu que a DRU irá vigorar até 2003.

Relatada favoravelmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), em fevereiro a matéria foi aprovada em primeiro turno no Senado. Na opinião de Alcântara, a DRU



Plenário do Senado confirmou em segundo turno a aprovação da Desvinculação de Receitas da União

proporcionará ao governo a possibilidade de manter uma política fiscal equilibrada e racional, permitindo alocar recursos onde eles são mais ne-

cessários e mantendo a estabilidade monetária, sem precisar emitir moeda nem aumentar o endividamento público.

Alcântara diz que Executivo não poderá gastar como quiser

Relator da emenda que permite a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições recebidos pela União (DRU), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que o governo não gastará "a seu bel-prazer" esses recursos. "Há uma peça que é o Orçamento público, encaminhado anualmente pelo Executivo ao Legislativo, e a proposta em análise para este ano já estabelece em que devem ser aplicados os recursos desvinculados", esclareceu.

Respondendo à líder do Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), que dizia ser incompreensível essa desvinculação, o relator afirmou que o governo não deixará de aplicar em áreas sociais, mas ganhará flexibilidade para usar os recursos de acordo com a conveniência e a emergência dos fatos ao longo do ano. Lúcio Alcântara frisou que a liberalidade propiciada por essa emenda constitucional "não é absoluta, porque o Orçamento depende da manifestação do Congresso Nacional".

O relator esclareceu que a iniciativa desvincula recursos que já são do governo federal. Daí por que, em sua opinião, não há prejuízo para os estados nem para os municípios. Alcântara disse, ainda, que o próprio presidente da República reconhece que se trata de uma situação provisória, enquanto as reformas conduzidas por seu governo se concluem. "Uma vez concluídas, não há mais por que se apelar para um instrumento dessa natureza", explicou.



Lúcio Alcântara

Dez senadores participam do debate sobre a emenda

Dez senadores se manifestaram na sessão de ontem durante a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) que desvincula recursos do Orçamento da União. Os senadores favoráveis à PEC afirmaram, em sua maioria, que a medida servirá para reduzir o engessamento do governo na utilização da receita. Os que votaram contra justificaram, sobretudo, que esse dinheiro servirá apenas para pagar juros da dívida pública.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) argumentou que o engessamento do Orçamento torna impossível a alocação de recursos até mesmo para emergências de natureza social. Ele afirmou que, com essa emenda, o Legislativo não está dando um cheque em branco ao presidente, mas reconhecendo ser boa prática administrativa a flexibilização de determinados recursos.

Lembrando que a matéria chegou ao Congresso no governo de Itamar Franco, com o nome de Fundo Social de Emergência, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, nascida para ser provisória, essa medida está completando agora oito anos. Ele reconheceu, no entanto, que a emenda é indispensável para o governo neste momento. Além disso, salienta Simon, o Executivo não teria nenhum interesse na reforma tributária, "visto que nunca arrecadou tanto como agora".

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI), ex-governador do Piauí, disse que quem comandou um estado sabe muito bem a importância de uma administração não ser prejudicada pelo engessamento do orçamento. "Quanto mais vinculações houver, mais manietados ficam prefeitos e governadores de todo o país", observou, in-

formando que seu partido, em sucessivas reuniões, tem discutido as questões relativas à vinculação de recursos orçamentários.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a desvinculação de receitas é inaceitável e disse que os recursos oriundos da DRU servirão apenas para atender ao sistema financeiro internacional. Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), a DRU é uma versão ligeiramente melhorada do Fundo de Estabilização Fiscal, criado em 1994, mas mantém vícios antigos. A DRU retira recursos expressivos da Previdência Social, saúde e outras transferências constitucionais que deveriam beneficiar estados e municípios, criticou.

A aprovação da DRU, na opinião do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), fere a forma federativa de Estado ao reduzir recursos que poderiam ser repassados para que as administrações estaduais e municipais exerçam suas funções. "Esse Congresso já foi tolerante demais suprimindo meios e instrumentos para que estados e municípios possam agir de forma autônoma", observou.

Outros senadores mostraram-se preocupados com o uso dos recursos obtidos com a desvinculação. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou que a emenda visa colocar nas mãos do presidente da República uma verba de R\$ 41 bilhões para que o Executivo dela disponha de forma livre e discricionária. Para Valadares, esses recursos deveriam ir para saúde, educação, segurança pública, agricultura e criação de emprego, promessas feitas pelo governo na conquista do primeiro mandato.

Ademir Andrade (PSB-PA) disse que

os recursos desvinculados do Orçamento se destinarão ao pagamento do serviço da dívida interna, "que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso só fez aumentar, de R\$ 60 bilhões para R\$ 500 bilhões, e sobre os quais estamos permanentemente a pagar juros absurdos".

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) alertou para o que classificou de inconstitucionalidade da medida. Ela se disse alarmada com "o silêncio do Legislativo diante de uma medida inconstitucional como essa". Em sua opinião, a iniciativa cria uma responsabilidade maior para estados e mu-

nicipios, visto que o governo federal se ausenta da aplicação de recursos em áreas que são de sua responsabilidade constitucional.

Reconhecendo ter feito contingenciamento de recursos orçamentários quando governador do Paraná, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou não confiar no governo federal para fazer o mesmo. "O governo de Fernando Henrique Cardoso, de Francisco Gros, de Rafael Greca de Macedo, da máfia italiana e da máfia espanhola não merece um voto de confiança com essa liberalidade do Senado da República", afirmou.

Governo terá autonomia para aplicar 20% da arrecadação

Com a aprovação em segundo turno da emenda constitucional que estabelece a Desvinculação de Receitas da União (DRU), o governo terá autonomia para a aplicação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União já instituídos e os que vierem a ser criados durante o período de vigência da proposta, que vai até 2003.

Na exposição de motivos que acompanha a proposta, o Executivo argumenta que a DRU destina-se a garantir maior flexibilidade à execução orçamentária, permitindo a realocação de recursos para financiamentos de despesas irredutíveis, sem endividamento adicional da União.

Para o governo, a medida contribuirá para o equilíbrio das finanças públicas e para a estabilidade econômica, "indispensáveis ao desenvolvimento sustentado", enquanto não forem definitivamente aprovadas e implementadas outras medidas estruturais necessárias para a manutenção do equilíbrio fiscal em bases permanentes.

A DRU não vai alterar a base de cálculo das transferências aos estados, municípios e Distrito Federal nem dos montantes dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com a proposta, a desvinculação será feita após a retirada dessas parcelas do Orçamento.

Em contrapartida, a DRU vai retirar 20% das receitas da Previdência e da saúde, porque seu cálculo incidirá sobre as contribuições previdenciárias de trabalhadores e empregadores e sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) destinada à saúde, que antes não eram abrangidas pelo FEF.

ACM acredita que Senado derrubará duplicação do teto para o funcionalismo

Presidente do Senado reafirma seu apoio a vencimento máximo de R\$ 10.800,00 para o Executivo e o Legislativo e de R\$ 11.500,00 para o Judiciário, e rejeita o chamado “dúplex”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reiterou na manhã de ontem sua posição contrária ao chamado teto “dúplex” para o funcionalismo público, que permite o acúmulo de vencimentos de R\$ 11,5 mil com uma aposentadoria até o mesmo valor. Ele adiantou que tentará, junto aos demais senadores, modificar essa matéria assim que ela chegar ao Senado, apesar de a proposta haver sido aprovada em reunião recente dos chefes dos três Poderes, realizada no Palácio do Planalto. O teto do funcionalismo será estabelecido por meio de uma emenda constitucional que está tramitando na Câmara dos Deputados.

O senador reafirmou seu apoio a um teto máximo de R\$ 10.800,00 para o Executivo e o Legislativo, bem como a um teto de R\$ 11.500,00 para o Judiciário. Antonio Carlos comentou que os chefes dos três Poderes efetivamente concordaram com a fixação de um teto salarial para o setor público de no máximo R\$ 11.500,00, admitida a acumulação



Antonio Carlos Magalhães reitera posição sobre o teto e afirma que é preciso cuidar agora do salário mínimo

de aposentadorias até um valor equivalente a esse.

— Entretanto, evoluímos, eu e não sei se o presidente Fernando Henrique Cardoso, mas eu com certeza, para que se dê um teto menor para o Executivo e o Legislativo, a fim de que o Judiciário possa ficar numa posição mais alta e, conseqüentemente, diminuir seus problemas — afirmou.

A mudança quanto ao acúmulo do teto com eventuais aposentadorias de servidores públicos foi justificada pelo senador em função “da grande e justa grita da opinião pública e da mídia”. Diante desse quadro, acrescentou, “chegamos nós mesmos, todos, à conclusão de que o “dúplex” seria altamente inconveniente”.

Antonio Carlos entende que

“quem achar que tem razão (direito ao “dúplex”), que vá para a Justiça, mas o Congresso não deve votar, porque seria um desgaste da imagem do Legislativo perante a opinião pública”. O senador preferiu não emitir opinião a respeito da possibilidade de o Plenário da Câmara rejeitar esse acúmulo de rendimentos, mas destacou sua confiança em que a proposta não será aprovada pelo Plenário do Senado.

— Por que “dúplex” e não “tríplices” ou “quadrúplex”, se tem vários (servidores) com três, quatro aposentadorias? — questionou o presidente do Senado. — Temos que cuidar agora é do salário mínimo, acrescentou.

Sobre a possibilidade de os magistrados ficarem insatisfeitos com o novo teto salarial e articularem outra vez uma greve, Antonio Carlos observou que “se o governo ficar com medo de greve de juiz, por causa disso ou daquilo, não vai governar”. Ele afirmou, ainda, que até agora não viu o governo “cortar na carne”, para assegurar um reajuste do mínimo equivalente ao aumento do teto salarial.



Ney Suassuna confirmou reunião da CAE para sabatar Teresa Grossi na próxima terça-feira

CAE marca para terça-feira sabatina de Teresa Grossi

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), marcou para a próxima terça-feira reunião destinada à sabatina de Teresa Cristina Grossi, indicada pelo presidente da República para ocupar o cargo de diretora de Fiscalização do Banco Central.

Teresa Grossi ocupava o cargo de chefe do Departamento de Fiscalização em janeiro do ano passado, quando o governo decidiu liberar o câmbio e a diretoria do Banco Central aprovou a venda de dólares, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam. Essa venda foi um dos fatos investigados pela CPI do Sistema Financeiro.

A indicação de Grossi foi questionada em discurso pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), defendeu a indicação, ponderando que nada foi apurado contra ela e os senadores, se rejeitarem seu nome, estarão punindo a ex-chefe do Departamento de Fiscalização do BC.

PFL entrega Prêmio Luís Eduardo Magalhães

O Instituto Tancredo Neves, do Partido da Frente Liberal, entrega hoje o Prêmio Luís Eduardo Magalhães. Na solenidade, que acontece às 11h30, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, serão premiadas as melhores monografias sobre o tema “Cenários e Projetos para o Brasil no Século XXI”.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou presença no evento.

Maguito rejeita uso do Fundo de Combate à Pobreza para custear novo mínimo

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou a proposta de utilizar parte dos recursos do Fundo de Combate à Pobreza, em tramitação no Congresso, para custear o aumento do salário mínimo. Ao avaliar os resultados dos trabalhos da Comissão Especial Mista para o Combate à Pobreza, da qual foi presidente, Maguito disse que os recursos do fundo devem servir para levar dignidade àqueles que não têm acesso sequer ao salário mínimo.

— Não venham mais uma vez os economistas do governo federal subjugar aqueles que estão morrendo de fome. Como bem disse na terça-feira o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), os recursos desse fundo devem

ser destinados para quem não tem acesso sequer ao ridículo e humilhante salário mínimo que se paga no país — afirmou.

Maguito esteve recentemente na Índia e em Bangladesh, integrando uma comitiva do Congresso, quando conheceu o funcionamento do Grameen Bank, o Banco do Povo, e o seu fundador e diretor, Muhammad Yunus. Ele disse que a instituição beneficia 2,8 milhões de pessoas em Bangladesh, financiando a construção de casas populares e coordenando ações de saúde, educação e segurança alimentar.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) lembrou que “há dois ou três anos” o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que criaria o Banco do Povo,

mas que a iniciativa ficou só na promessa. Ele opinou que, se for destinado um mínimo de recursos para a agricultura, os trabalhadores rurais incrementarão a produção de alimentos no país.

Já o senador Paulo Souto (PFL-BA) também se manifestou contra o uso dos recursos do Fundo de Combate à Pobreza para compensar o impacto do aumento do

mínimo na Previdência Social. Ele defendeu o uso das verbas em programas que melhorem a situação de pobres no Brasil. No mesmo sentido, o senador Carlos Wilson (PPS-PE) disse que o Congresso não permitirá que o governo desvie dinheiro do Fundo da Pobreza para outra finalidade que não seja a de diminuir as injustiças sociais do país.



Maguito afirma que recursos do fundo “devem servir para levar dignidade aos que não têm acesso sequer ao salário mínimo”

CCJ aprova teste de DNA gratuito na rede pública

Exame empregado em processos judiciais para reconhecimento de paternidade será realizado sem ônus pelo SUS. Matéria, aprovada em caráter terminativo, seguirá para a Câmara se não houver recurso para sua votação em Plenário

O projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que torna gratuitos os exames de código genético (DNA, sigla em inglês para ácido desoxirribonucléico) em processos judiciais para reconhecimento de paternidade foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como tem caráter terminativo na comissão, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para sua votação em Plenário.

A proposta recebeu votação unânime dos 12 senadores presentes na reunião da CCJ, presidida por José Agripino (PFL-RN). Foi rejeitada emenda proposta pela relatora da matéria, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que retirava o prazo de 90 dias para que o governo federal regulamente a nova lei. Os exames terão de ser solicitados pelo Ministério Público ou pela autoridade judiciária, e deverão ser

executados em unidade hospitalar pública ou conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A CCJ também aprovou parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) acolhendo emenda do senador Francelino Pereira (PFL-MG) ao projeto de lei que autoriza a inclusão de seis municípios mineiros na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. São as cidades de Lagamar, Lagoa Grande, Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Varjão de Minas e Vazante. A emenda ao projeto (de autoria da ex-senadora Júnia Marise) será ainda votada em Plenário, antes de seguir para a Câmara.

Também recebeu ontem parecer favorável na CCJ o projeto de lei que torna inelegível para o cargo de senador o parlamentar que estiver na metade de seu mandato de oito anos na Casa. Para se candidatar, o senador terá de renun-

ciar até a data da convenção de seu partido. O projeto, de autoria do senador Antero de Barros (PSDB-MT), foi relatado por Álvaro Dias (PSDB-PR). O projeto também segue para o Plenário.

Na reunião de ontem, foi concedida vista coletiva para os projetos de lei que tratam da reprodução assistida e de novas normas para a publicidade de produtos derivados do álcool e do tabaco.

Romeu Tuma pediu vista do projeto que estabelece as normas para estruturação e uso de bancos de dados. Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quis examinar com mais cuidado o projeto que sedia em Brasília o escritório central da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Já Roberto Requião (PMDB-PR) quis apreciar melhor a proposta de emenda à Constituição que permite a estrangeiros votarem em eleições municipais e se elegerem vereadores.

O projeto que permite aos loca-



Na reunião, foi concedida vista para projetos sobre reprodução assistida e sobre normas de publicidade de produtos derivados do álcool e do tabaco

tários de lojas em *shopping centers* participarem das assembleias para votação da convenção e do regi-

mento do condomínio foi retirado de pauta a pedido do autor, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

CAS fará seminário sobre os recursos hídricos no Brasil

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) e dos senadores Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) propondo a realização de um seminário sobre o tema "Recursos Hídricos no Brasil".

Pela proposta inicial da senadora Heloísa Helena, o seminário seria dedicado a discutir a escassez de água no Nordeste e a transposição das águas do rio São Francisco. No entanto, após as intervenções dos senadores, que defenderam a ampliação do seminário, Heloísa concordou com a nova pauta, desde que seja dada prioridade aos problemas hídricos do Nordeste.

Por sugestão do presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), o senador Juvêncio da Fonseca deverá entrar em contato com o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Garrido, para viabilizar o seminário, que ainda não tem

data marcada.

Segundo Heloísa Helena, apesar de o Brasil contar com 13,7% do escoamento total dos rios do planeta e quase 20% das reservas de água doce do mundo, o Nordeste brasileiro participa com apenas 3% desse total. O senador Luís Pontes (PSDB-CE) insistiu na necessidade de dar ênfase ao Nordeste. Ele alertou para o fato de que, apesar de "o inverno estar bom", este ano, os reservatórios continuam com, no máximo, 20% da sua capacidade.

Quintanilha disse que a questão da água interessa a todas as regiões. Ele lembrou que a maioria dos rios próximos às cidades grandes, como o Tietê e o Taubaté, em São Paulo, entre outros, estão inteiramente poluídos. O senador Sebastião Rocha, ao destacar a importância do seminário, disse que "o Brasil é o país que mais desperdiça água em todo o planeta".

Quintanilha disse que a questão da água interessa a todas as regiões. Ele lembrou que a maioria dos rios próximos às cidades grandes, como o Tietê e o Taubaté, em São Paulo, entre outros, estão inteiramente poluídos. O senador Sebastião Rocha, ao destacar a importância do seminário, disse que "o Brasil é o país que mais desperdiça água em todo o planeta".



Leomar Quintanilha



Os membros da Comissão de Assuntos Sociais decidiram debater a questão da reforma agrária em suas próximas reuniões

Serra discute endemias e remédios

O ministro da Saúde, José Serra, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Sociais para audiência pública em que será discutida a situação de doenças cujos índices de incidência, morbidade e mortalidade têm se agravado no país. O ministro também será ouvido pelos senadores sobre os preços dos medicamentos. Requerimento com este objetivo de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) foi aprovado ontem pelos membros da CAS.

Para Mozarildo, o fato de a população ter voltado a ser afetada por doenças como febre amarela, dengue, hanseníase, tuberculose e malária, que já haviam praticamente de-

saparecido do país nos últimos anos, justifica a presença de Serra na CAS.

Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu a necessidade de a sociedade se organizar para procurar impedir que os grandes laboratórios farmacêuticos continuem obtendo "lucros vergonhosos", através da cobrança de "preços exorbitantes".

Maguito Vilela (PMDB-GO) citou o caso de sua mãe, que é diabética e usa medicação diária que custa mil reais por mês. Como seu pai recebe uma aposentadoria de um salário mínimo, segundo o senador, se ele e seus irmãos não pudessem ajudá-la, "ela já teria morrido há uns 20 anos".

Reforma agrária terá mais atenção da comissão

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Osmar Dias (PSDB-PR), garantiu ontem que a CAS deverá se dedicar em suas próximas reuniões a debater a reforma agrária. A afirmação foi feita na reunião em que foi aprovada proposta neste sentido apresentada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Dias considerou oportuna a iniciativa, principalmente porque, avaliou, há uma grande expectativa quanto à volta das invasões de terra, "conforme o próprio Movimento dos Sem Terra já avisou que irá fazer".

— A CAS tem responsabilidade nessa questão e pensaremos juntos formas para contribuir com a realização das mudanças na estrutura agrária do país — admitiu.

Para Carlos Bezerra, a Comissão de Assuntos Sociais "tem tratado muito pouco dessa questão, que é um dos grandes problemas nacionais". Apesar de o presidente ter garantido que não faria cortes em programas de reforma agrária, houve contingenciamento de despesas no Orçamento da União, assegurou.

Subcomissão discute cinema nacional com Anselmo Duarte

O "Povo do Cinema" é o tema da audiência pública que a Subcomissão do Cinema Brasileiro realiza hoje, a partir das 9 horas. O objetivo da reunião é discutir com profissionais do setor os problemas enfrentados na produção cinematográfica nacional.

Estão convidados para o debate Anselmo Duarte, ator, produtor e diretor de cinema; Denise Fraga, atriz; Luiz Villaça, diretor; Walkíria Barbosa, diretora do Festival de Cinema do Rio de Janeiro; Gabriel Priolli, diretor da TV PUC/SP e Esdras Rubim, coordenador do Festival de Gramado. A reunião se dará na Ala Senador Alexandre



Francelino Pereira

Costa, sala 15.

Esta é a quinta audiência organizada pela subcomissão desde sua instalação, em 29 de junho do ano passado, no âmbito da Comissão de Educação. A iniciativa partiu do relator da subcomissão, senador Francelino Pereira (PFL-MG),

que pretende definir uma política destinada a fortalecer o cinema nacional.

A subcomissão já discutiu o tema com profissionais como Nelson Pereira dos Santos, Roberto Farias, Gustavo Dahl, e o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Unip* – Assunto: Genética e clonagem
6h25 – *Senado em Pauta*
6h30 – *Debate* – Os senadores Eduardo Suplicy e Roberto Requião falam sobre a CPI dos Precatórios
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Lessa fala sobre a poluição ambiental
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* (paisagens brasileiras) – episódio: Alemães no Brasil – Pomerode/SC
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Subcomissão do Cinema Brasileiro (ao vivo)
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Subcomissão do Cinema Brasileiro (íntegra)
16h – Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após – Comissão que analisa o funcionamento dos bingos (gravado)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Fiscalização e Controle (gravado)

Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)
Obs: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa *Fala Cidadão*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Subcomissão do Cinema Brasileiro
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772.9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Comissão mista tenta baixar juros para agricultores

Parlamentares discutirão com ministro da Integração Nacional minuta de alterações na MP sobre fundos constitucionais

A comissão mista destinada a examinar a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste terá uma audiência com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, na próxima quarta-feira, com o objetivo de apresentar uma minuta das alterações sugeridas pelos membros da comissão à proposta original do governo.

Os parlamentares vão tentar sensibilizar o ministro para a necessidade de o governo facilitar o acesso do pequeno produtor rural ao crédito e encontrar uma saída para quem está endividado e não tem meios legais para conseguir novos financiamentos, além de propor juros fixos para os produtores, assim distribuídos: 4% para a agricultura familiar, 5% para o pequeno produtor e até 12% para o grande produtor.

ESPERA

O vice-presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que milhares de agricultores espalhados pelas três regiões mais pobres do país estão aguardando que a medida provisória seja aprovada no prazo regimen-

tal, que se encerra no dia 11 de abril. Caso o Congresso acolha o projeto de conversão proposto pelo relator da matéria, Francisco Garcia (PFL-AM), cerca de R\$ 1,1 bilhão estarão à disposição dos ruralistas a juros compatíveis, de acordo com o senador.

– É necessário

apreciar logo essa medida provisória para que os agricultores, especialmente os mais endividados, possam voltar a trabalhar – disse Jonas Pinheiro, informando que os produtores estão prestes a perder até suas propriedades em virtude de dívidas bancárias.

ÊXODO RURAL

Para os membros da comissão, os fundos constitucionais são responsáveis pela geração de empregos e, se bem aplicados, podem ser um grande aliado no combate ao êxodo rural. Por isso, entendem que os recursos devem chegar aos produtores o mais breve possível. Na avalia-



Jonas Pinheiro explica que agricultores, ansiosos, esperam solução

ção do deputado Ronaldo Caiado, "milhares de agricultores já dão sinais de desespero e esperam que a comissão que analisa a MP dos fundos constitucionais encontre uma saída digna para o problema".

Na reunião de ontem, a comissão mista deu continuidade ao debate da maté-

ria, já que a MP foi reeditada, pela 18ª vez, na segunda-feira. "Não podemos passar desta reedição", disse Jonas Pinheiro.

A União é obrigada a repassar 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para esses programas. São beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais os produtores e empresas, pessoas físicas ou jurídicas, além das cooperativas dos setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Requião e Suplicy debatem caso Pitta na TV Senado

As recentes denúncias de corrupção na prefeitura de São Paulo feitas pela ex-mulher do prefeito Celso Pitta, Nicéa Camargo, são tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 6h30. Os convidados do programa são os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Requião (PMDB-PR). Suplicy destaca como uma das mais graves acusações de Nicéa Camargo a de que teriam sido acertados pagamentos para que os vereadores vetassem a abertura de uma CPI na Câmara Municipal para investigar o esquema de corrupção na prefeitura, sugerida pela CPI dos Precatórios do Senado.

Requião acusa alguns órgãos de comunicação de tentarem encobrir casos da corrupção na prefeitura de São Paulo quando as investigações do Ministério Público e da CPI do Senado chegaram a grandes instituições financeiras. O senador diz, ainda, que não se justifica a instalação de uma nova CPI dos Precatórios, porque a primeira já foi conclusiva. Ele lembra que quatro processos foram abertos por procuradores da República e acrescenta que a instalação de nova CPI é "uma tentativa de paralisar os inquéritos que vão acabar por colocar na cadeia membros de importantes instituições financeiras".



Lessa é presidente da subcomissão que investiga o caso

Geraldo Lessa fala sobre acidente que poluiu baía

O senador Geraldo Lessa (PSDB-AL), presidente da subcomissão que avalia as causas e conseqüências do vazamento no oleoduto da Refinaria Duque de Caxias, da Petrobras, que poluiu a baía da Guanabara, fala ao programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 7h30.

Os membros da subcomissão devem ir ao Rio de Janeiro para saber da Petrobras quais as medidas já tomadas e quais precisam ser adotadas a médio e longo prazo para sanar os danos causados ao meio ambiente.

Amin: responsabilidade fiscal é necessária e útil

Em reunião conjunta da CAE e da Comissão de Infra-Estrutura, governador de Santa Catarina analisa lei e critica proposta de cobrança de taxa do governo federal para garantir empréstimos aos estados e municípios

O governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, questionou ontem, durante reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, a intenção do Ministério da Fazenda de cobrar comissão para conceder garantias a estados e municípios, como prevê um dos artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

— Isso é coisa para banqueiro e não tem nada com princípio federativo. O governo deve conceder aval a quem pode tomar empréstimo. Para quem não pode, simplesmente não deve receber aval — afirmou.

Amin foi ouvido em audiência pública das duas comissões, sob a presidência do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), sobre o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, em tramitação no Senado. Ele fez questão de repetir que os governadores não são contrários à nova lei e nem querem modificá-la, como “se desprende do noticiário da imprensa”. Pelo contrário, disse Amin, “a Lei de Responsabilidade é necessária e útil”.

O relator do projeto de lei, senador

Jefferson Péres (PDT-AM), não quis se manifestar sobre o comentário de Amin, afirmando que quer ouvir as razões do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para a cobrança de comissão para dar garantias a

empréstimos. Tavares será ouvido em audiência pelas duas comissões na próxima terça-feira.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) quis conhecer a opinião do governador de Santa Catarina sobre uma reclamação dos representantes dos tribunais de contas quanto a um artigo que inclui esses tribunais no limite de gastos dos Legislativos. Esperidião Amin acha que a repartição desses gastos terá de fazer parte de uma regulamentação e observou que a “situação será mais complicada sobre o limite de gastos dos tribunais superiores, pois eles são muitos” e deverão limitar seus gastos com pessoal a 6% de toda a folha salarial federal.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) questionou o artigo do projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal que só permite aos prefeitos aumentarem seus gastos quando a receita subir de forma permanente. Dutra acha que o artigo pune os administradores competentes, que aumentam a arrecadação sem criar novos impostos ou elevar alíquotas. O governador ponderou que o artigo evitará o uso de receita “fabricada” e que dura pouco tempo, como a redução de multas, que costuma provocar aumento temporário de arrecadação.

Padilha debate com senadores concessão de rodovias

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, afirmou que determinará a publicação, no *Diário Oficial*, do texto integral de todos os contratos de concessão e de fiscalização de rodovias federais firmados por seu ministério. O ministro determinará ainda a publicação dos balanços trimestrais das empresas concessionárias. Os compromissos foram assumidos ontem, em audiência pública conjunta realizada pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, em resposta a solicitação de apoio do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a dois projetos de lei de sua autoria. O senador também foi o autor do requerimento que resultou na convocação do ministro. Membros da Comissão de Assuntos Sociais par-

ticiparam da audiência.

Eliseu Padilha absteve-se de julgar os programas de concessão delegados aos estados e concentrou-se na exposição do modelo das concessões rodoviárias administradas diretamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER): BR-040 (Juiz de Fora/Petrópolis), BR-101 (Ponte Rio Niterói), BR-116 (Via Dutra, RJ/SP), BR-116 (RJ/Teresópolis) e BR-290 (Osório/Porto Alegre). Entre os três modelos de concessão vigentes no mundo — para construção, conservação ou misto —, o governo brasileiro optou pelo de conservação. A ampliação da malha rodoviária, nesse modelo, caberá às administrações federal, estaduais e municipais, sendo que a implantação de pedági-

os só pode ocorrer nas regiões Sul e Sudeste.

Conforme o ministro, o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou limites ao sistema de pedágios, de modo que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde são transportados basicamente produtos primários, de baixo valor agregado, num primeiro momento deverão ter suas rodovias federais exploradas por concessionárias, mas sem tarifação, para que o “custo Brasil” não seja elevado.

Vários indicadores de crescimento convergiram para o modelo de concessões adotado, segundo Eliseu Padilha. Entre os períodos 1971-1974 e 1995-1998, disse o ministro, a malha rodovi-

ária federal cresceu 223%, o consumo de combustível automotivo aumentou 419% e a frota de veículos foi acrescida em 526%. Em contraponto, o investimento em construção e conservação da malha rodoviária foi reduzido a 33% do total aplicado no início do mesmo período. Em percentual relativo ao PIB, na década de 70 os investimentos nas rodovias federais representavam 1,20%, reduzidos, na década de 90, a 0,12% do PIB.

Para este ano, Eliseu Padilha afirmou que o governo pretende licitar mais 16 trechos de rodovias federais, num total de 4.838,5 quilômetros.

Parlamentares serão informados sobre contratos com empresas

Em resposta a questionamento formulado por Eduardo Suplicy (PT-SP), o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, assegurou que enviará aos senadores o inteiro teor dos contratos para fiscalização das rodovias federais firmados pelo DNER, assim como a execução orçamentária correspondente. Segundo o ministro, é incorreta a notícia de que, em 2000, os gastos do governo com fiscalização serão 17 vezes maiores que os destinados à conservação das rodovias.

Na audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura, ontem, o ministro Eliseu Padilha foi interpelado por diversos senadores. Osmar Dias, autor do requerimento de convocação do ministro, reconheceu ter cometido um equívoco ao pretender discutir o modelo de concessões de rodovias federais a partir do caso do Paraná, com o qual a população estaria insatisfeita. “A responsabilidade das concessões do Paraná é do próprio estado”, corrigiu-se o senador, ao qual Eliseu Padilha afirmou que as concessões delegadas aos governos dos estados do Pa-

raná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não estariam atendendo às expectativas do governo federal.

Ramez Tebet (PMDB-MS) solicitou ao ministro providências em relação à concessão da antiga Noroeste, ferrovia que liga Bauru a Corumbá e é atualmente explorada pela empresa Novoeste. “A orientação do presidente é dar ao sistema ferroviário um processo de fiscalização mais duro”, respondeu o ministro, assegurando que encaminhará à empresa a reclamação e responderá oficialmente ao senador.

Paulo Souto (PFL-BA) quis saber se o governo federal faz investimentos antes das concessões ao setor privado, ao que o ministro respondeu que sim, exemplificando com programa de recuperação financiado com recursos de bancos multilaterais que está sendo im-

plementado na BR-101, no trecho do norte da Bahia.

Maguito Vilela (PMDB-GO), interessado em saber por que a operação tapaburaco não pode ser substituída por restauração, Padilha disse que os recursos orçamentários não têm sido suficientes para tal. A mesma escassez de recursos impediu que o ministro assegurasse a Agnelo Alves (PMDB-RN) quando será iniciada a duplicação da BR-101 no trecho Natal/Sergipe.

Carlos Bezerra (PMDB-MT) salientou a importância do transporte hidroviário, particularmente da hidrovía Araguaia/Tocantins, que estaria sendo obstruída por organizações não-governamentais. O ministro concordou com

o impacto positivo da hidrovía para, entre outros estados, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Maranhão.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) perguntou a Padilha se o transporte aquaviário não deveria ter agência própria, lembrando que há um consenso sobre a retirada do transporte aeroviário do âmbito da Agência Nacional de Transportes (ANT), em vias de ser criada. O ministro observou que, como o projeto de criação da ANT já tramita na Câmara, haveria dificuldades para retirar o transporte aquaviário de seu âmbito, dado o estágio avançado da discussão. Renan Calheiros (PMDB-AL), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiaram a atuação do ministro.



Eliseu Padilha (E) fala na audiência, ao lado dos senadores Ney Suassuna (C) e Osmar Dias

CAE examina operações de antecipação de receitas do ICMS

Reunião para tratar dos contratos de antecipação de receitas firmados por estados brasileiros será realizada hoje, às 10 horas, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A reunião contará com a presença do diretor de finanças públicas e regimes especiais do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, que vai falar sobre os

contratos de antecipação das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que estariam sendo feitos por alguns estados brasileiros com grandes empresas, inclusive com a Petrobras.

Os autores do requerimento para a realização da exposição de Freitas são os senadores Osmar Dias (PSDB-PR), Ney

Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, e Luiz Otávio (sem partido-PA).

Ney Suassuna disse que está preocupado com o assunto, pois o problema das operações de antecipação de receitas dos estados parecia pequeno, mas ganhou importância no Congresso e assumiu proporções maiores. Ele quer informações do Banco

Central sobre esses contratos para poder convocar outras autoridades e aprofundar o debate com os senadores da comissão.

A reunião com o representante do Banco Central tem por objetivo colher informações sobre a realização dos contratos e possíveis perdas para os estados em relação à redução do ICMS.

Congresso dedica sessão solene às mulheres

O Congresso Nacional realizou ontem, no Plenário da Câmara dos Deputados, sessão solene comemorativa do Dia Internacional da Mulher, transcorrido no último dia 8. A sessão foi presidida, sucessivamente, por várias parlamentares e prestigiada pela presença dos presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Além de parlamentares de todos os partidos, a sessão contou com a presença do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, da presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Mulher, Solange Bentes Jurema, da senadora venezuelana Ana Lucina Garcia Maldonado e de membros de



comissões representativas da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras no Campo e do Movimento dos Sem-Terra.

Ao abrir a sessão, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) manifestou sua convicção de que a mulher, no próximo século, assumirá mais posições de mando e de gerenciamento. "Tenho certeza de que, quanto mais isso ocorrer no mundo, mais modificações haverá na face da Terra", observou.

O coral "Sintonia do Banco do Brasil" interpretou canções em homenagem à mulher e os telões do Plenário exibiram o vídeo "Retratos de Mulher", sobre os aspectos da vida da mulher no Brasil.

Para senadoras, presença na política é fundamental

Apesar dos preconceitos, da discriminação e até mesmo da violência, a presença feminina foi fundamental em todos os acontecimentos populares e na instituição de novos direitos, avaliou a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) durante a sessão solene do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Para a senadora, uma das requerentes da homenagem, as mulheres já estão prontas para assumir posições cada vez mais importantes na política.



Emilia Fernandes

— Nós já estamos prontas, preparadas e temos demonstrado nossa competência em diversas atividades. É nosso dever alterar radicalmente o atual quadro das relações econômicas, sociais e humanas. É inaceitável a continuidade da fome, do desemprego e da falta de saúde, moradia e mínimas condições de vida, que atingem milhões de pessoas, em especial as mulheres, que ocupam 40% do mercado de trabalho mas recebem 40% menos — disse.

A participação política também foi citada pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). Para ela, o Legislativo é o Poder



Luzia Toledo

que mais tem-se mostrado sensível em relação aos direitos da mulher. "Reafirmar a efetividade das decisões do Congresso na conquista dos direitos da mulher não é apenas reconhecer o papel expressivo que vem desempenhando nas questões de gênero; é mais que isso, é ratificar o compromisso de nossas ações parlamentares." Luzia Toledo citou dados de pesquisa do instituto Vox Populi, segundo os quais a sociedade confia na mulheres no exercício de atividades públicas.

— Não por acaso, a bancada feminina vem crescendo a cada eleição. Uma pesquisa de opinião mostrou que 84% dos brasileiros votariam preferencialmente numa mulher para prefeito, 80% deles se fosse para governador e 72% numa eleição para presidente da Re-

pública. É a constatação coletiva de que a mulher é mais séria e honesta do que o homem em posições de administração pública — afirmou.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) lembrou as conquistas de direitos pelas mulheres durante a elaboração da Constituição, em 1987 e 88. Apesar de haver na ocasião apenas 25 mulheres parlamentares, entre elas a própria Marluce Pinto, houve um avanço graças à cooperação entre homens e mulheres.



Marluce Pinto

— Para se conquistar a aprovação de uma emenda, precisávamos de 281 votos. E se os homens não tivessem reconhecido o trabalho das mulheres no Parlamento, tenho certeza de que não teríamos conseguido conquistar estes direitos — afirmou a senadora, citando como conquistas importantes os direitos da mulher relativos à titularidade de terras e à permissão de assinar escrituras e de registrar filhos.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a união das mulheres contra a pobreza e a violência, não apenas no âmbito do Congresso, mas principalmente nas ruas. "É de fundamental importância trazeremos a esta Casa e levarmos às ruas a palavra pela reforma agrária, a palavra contra a violência, a palavra contra a venda de pequenas meninas nas ruas por um



Heloísa Helena

prato de comida", disse.

Na oportunidade, a senadora repudiou mais uma vez o comportamento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, diante das acusações feitas por Nicéa Camargo, ex-esposa do prefeito de São Paulo, Celso Pitta.

— Não poderia deixar de registrar o meu protesto, que é de todas as mulheres brasileiras, pela atitude desqualificada, truculenta, machista e intolerante do presidente do Congresso Nacional, ao atribuir palavras como "prostituta" e "louca" a uma mulher que fez uma denúncia — afirmou.

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) afirmou em seu pronunciamento que o direito ao voto foi a mais importante conquista do movimento feminino,



Maria do Carmo



Deputada Maria Abadia e senadoras Emilia Fernandes e Luzia Toledo, a 25 grandes figuras femininas da história brasileira

concedendo prerrogativas políticas às mulheres, antes marginalizadas da vida pública. A senadora fez previsões otimistas com relação à conquista de espaço pelas mulheres no próximo século e enumerou característica que as tornam aptas à vida pública:

— Temos tudo que a natureza nos proporcionou para decidirmos com sabedoria. Somos naturalmente educadoras, temos senso de organização, desenvolvemos uma apurada sensibilidade, amamos a justiça e somos mães da humanidade. E, por essa razão, queremos o melhor para o gênero humano — disse a senadora Maria do Carmo.

Marina acha que igualdade vai fortalecer a sociedade

Ao discursar, no Plenário do Senado, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que, em apenas um século de lutas, a mulher conseguiu anular milhares de anos de dominação masculina e atraso em suas relações com a sociedade.

— A sociedade sob dominação masculina é como uma pessoa que manca, porque uma perna é mais forte do que a outra. Se as duas forem igualmente fortes, a pessoa caminhará com mais firmeza e irá mais longe. É isso que vai acontecer quando os lados masculino e feminino da sociedade tiverem a mesma importância — observou.

Para Marina, durante séculos a mulher foi reverenciada como uma santa, mas lhe foi subtraída a condição de se realizar e ser reconhecida como um ser humano. "Mas a mulher não quer mais ser espírito nem santa, quer mostrar que realiza e faz acontecer, tal qual o homem. Nesse Dia Internacional da Mulher, estamos lutando pela igualdade de direitos e deveres na sociedade", concluiu.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a mulher sempre foi superior ao homem por ser capaz de ser mãe. "Agora, estamos vivendo tempos em que ela mostra que também pode se dar bem na magistratura, na advocacia, na universidade e na engenharia. Não temos dúvida, o século XXI marcará o fim da dominação masculina e o início da feminina, e a sociedade certamente terá face bem mais humana."



Marina Silva

Lúcio Alcântara observa que evolução se fez com sacrifício

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou, em discurso, que a participação da mulher no mundo do trabalho e na vida política e cultural do país já está estabelecida. Ele lembrou as conquistas garantidas pela Constituição de 1988, mas acrescentou que a luta pela conquista dos direitos da mulher não foi pacífica no Brasil

— Em 1881, pela primeira vez, as moças conquistaram o direito de entrar nas faculdades de Medicina. Em 1910, sob o comando da professora Deolinda de Figueiredo Daltro, foi organizado o Partido Republicano Feminino. Sob a batuta de Bertha Lutz, realizou-se, em 1922, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Feminino Brasileiro. Em 1929, a capixaba Emiliania Viana Emery conquista, na Justiça, o registro eleitoral e o direito ao voto. Como a Constituição de 1891 era omissa, algumas mulheres recorreram ao Judiciário — lembrou.

O senador acrescentou que, em 1932, uma lei do presidente Getúlio Vargas concedeu às mulheres alfabetizadas o direito de voto e, em 1934, a Constituição inaugura uma nova era, ao assegurar a igualdade sem distinção de sexo. Essa conquista, informou, foi excluída da Carta de 1937, mas, em 1962, com a mudança no Estatuto da Mulher Casada, a esposa deixou de ser tutelada pelo marido, podendo decidir sobre a própria vida.



Lúcio Alcântara

nem em outros países.

— Pode parecer que essa evolução foi serena e indolor, o que não é verdade — observou, lembrando a morte de operárias da indústria têxtil em 1908, em Nova York, queimadas após incêndio na fábrica onde promoviam uma greve.

Lúcio Alcântara disse que, no Brasil, embora a luta tenha sido mais tardia, a trajetória da mulher reproduz, em grande parte, os movimentos internacionais, que, a seu ver, se pautam na participação feminina na vida pública e na evolução que se processa por meio da contribuição revolucionária e pioneira de algumas mulheres.

Gesner pede apuração rápida para o caso AmBev

Em audiência pública na CFC, presidente do Cade diz que decisão sobre o processo de fusão das cervejarias não pode esperar pelo inquérito policial sobre suposta tentativa de influenciar posição de conselheiros

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira, defendeu rapidez e rigor na conclusão do inquérito que está apurando a informação de que teria havido uma tentativa de influenciar o conselho na decisão sobre a fusão das cervejarias Brahma e Antarctica. Em audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle realizada ontem à noite, ele acrescentou que todos os integrantes do Cade estão com suas agendas abertas para que a Polícia Federal, se achar necessário, possa convocá-los a prestar informações que ajudem a elucidar o caso:

— O inquérito da Polícia Federal tem que ser o mais rápido possível e acabar em cadeia para os responsáveis ou concluir pelo arquivamento. Porém, o Cade não vai condicionar sua decisão sobre a fusão ao



Gesner Oliveira fala na reunião da CFC, observado pelos senadores Romero Jucá e Renan Calheiros

resultado do inquérito policial. A lei não prevê essa hipótese e além disso abriria um precedente para que a cada disse-me-disse fossem suspensas as apreciações dos processos — comentou Gesner Oliveira.

A possibilidade da existência de uma “orquestração” na tentativa de minar a credibilidade do Cade perante a opinião pública também foi levantada por Gesner Oliveira. Tal campanha, disse, só interessa-

ria aos formadores de cartéis e demais infratores da ordem econômica. Ele garantiu que a decisão sobre a fusão da Brahma e da Antarctica será feita através de um julgamento isento, técnico e aberto

ao público. “A Constituição garante o direito de quem não ficar satisfeito com o resultado recorrer à Justiça”, completou.

Gesner Oliveira também defendeu Hebe Romano, relatora do processo de fusão das cervejarias, contra quem foram encaminhadas duas petições solicitando seu afastamento da relatoria. Ele disse que a conselheira do Cade não pode ser colocada sob suspeição e que ela agiu corretamente ao denunciar que ouviu do advogado Airton Soares a afirmação de que existia um esquema de corrupção para influenciar o resultado do julgamento do caso Brahma/Antarctica. Hebe e os conselheiros Marcelo Calliari e Ruy Santacruz também participaram da audiência pública da Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Relatora do processo acusa Airton Soares de criar versão do suborno

A conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Hebe Romano, relatora do processo de fusão das cervejarias Brahma e Antarctica na empresa AmBev, acusou ontem o advogado e ex-deputado Airton Soares de ter criado a versão de suborno de dois conselheiros do Cade por concorrentes da nova companhia. Durante depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle, requerido pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), Hebe assumiu inteira responsabilidade pelo processo de fusão, mas acusou de vazamento de informações para a imprensa o delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito sobre a atuação de Soares.

Diante das acusações da conselheira, o presidente da comissão, senador Romero Jucá (PSDB-RR), propôs a requisição dos autos do inquérito como única forma de esclarecer o caso. O requerimento foi aprovado após a sessão de perguntas a Hebe, ao presidente do Cade, Gesner Oliveira, e demais conselheiros do órgão.

Segundo a relatora do processo de fusão, em dezembro do ano pas-

sado Airton Soares, representante da distribuidora Antarctica Abradisa, usando de conhecimento e relação profissional que já havia mantido com ela no Ministério da Justiça, procurou-a para dizer que a Cervejaria Kaiser tinha verba de R\$ 20 milhões para “combater a fusão”, e que dois conselheiros já haviam sido subornados. Preocupada, não com a possibilidade de suborno, mas com a eventualidade de que alguém estivesse achacando empresas em

Conselheira disse que relatou ao ministro da Justiça o encontro com advogado, o que levou à abertura do inquérito na PF

nome do órgão, Hebe relatou a conversa com Airton ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, de quem o advogado se dizia amigo. “Essa é mais uma do Airton”, teria afirmado o ministro à conselheira. Em seguida, determinou à Polícia Federal que abrisse inquérito para investigar o caso.

Hebe contou aos senadores que era contra o inquérito por entender que a versão de Airton tinha tudo para ser fantasiosa, podendo inclusive ser desmentida mais tarde pelo advogado, quando os nomes de pessoas inocentes já tivessem aparecido no inquérito. Contudo, a investigação foi aberta. O que ocorreu, na opinião da conselheira, é que

o delegado, além de obrigá-la a informar sobre nomes e aspectos que ela considerava um direito seu manter em sigilo, arrolou no inquérito o marido de Hebe, Mário Júlio Pereira da Silva, que tomou satisfações com Airton pela forma como abordou a conselheira. Além disso, o delegado teria vazado para a imprensa as suspeitas de suborno e de um suposto envolvimento de Mário Júlio com Airton.

Com base nessas informações, o caso ganhou indevida repercussão na imprensa, segundo Hebe, apesar de outros esforços dela para garantir a integridade do Cade no episódio:

— Procurei as empresas, inclusive a Kaiser, para alertar sobre a possibilidade de que alguém estivesse agindo em nome do Cade — informou Hebe.

Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou à conselheira se a campanha publicitária patrocinada pelas empresas estaria interferindo na análise do processo. A relatora respondeu que está tirando proveito da guerra de propaganda, pois as acusações mútuas estão ajudando a instruir o processo e fornecendo subsídios para novas diligências. O senador também manifestou convicção na seriedade do procedimento dos membros do Cade na análise do caso.



O senador Ronaldo Cunha Lima, o vice-presidente Marco Maciel, parlamentares e familiares do ex-senador compareceram ao lançamento

Grandes Vultos homenageia Argemiro de Figueirêdo

O 3º volume da série *Grandes Vultos que Honraram o Senado*, destacando a figura do ex-senador paraibano Argemiro de Figueirêdo, foi lançado ontem à noite na Biblioteca do Senado Federal. O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) abriu o evento manifestando sua emoção por participar da homenagem ao ídolo político de sua vida e afirmando que o ex-senador “faz falta hoje na política do Brasil”.

A série *Grandes Vultos que Honraram o Senado* tem como objetivo resgatar a memória da instituição. A obra faz um resgate do contexto político, social e econômico paraibano permeado por notas bibliográficas do ex-senador Argemiro de Figueirêdo. O presidente da Academia Paraibana de Letras, Jocil de Brito Pereira, apresentou o livro elogiando a vida e a oratória

do ex-senador.

Argemiro de Figueirêdo foi eleito pela UDN em 1954 e reeleito em 1962, tendo exercido mandato até 1970. Faleceu em 1975, no exercício do mandato de deputado federal. No prefácio do livro, o senador Ronaldo Cunha Lima destaca a importância de Argemiro de Figueirêdo para a política nordestina, ressaltando que os mandatos do político sempre foram voltados para a denúncia das disparidades regionais e das desigualdades sociais.

Compareceram ao evento o vice-presidente da República, Marco Maciel, o senador Ronaldo Cunha Lima e autoridades da Paraíba. A filha do ex-senador discursou encerrando o evento, transmitindo os agradecimentos da família pela homenagem e assegurando que seu pai era digno da homenagem.

Hartung vê condições a favor da redução das taxas de juros

Senador confia na tendência de crescimento, sem prejuízo da estabilidade, e pede ao BC combinação de audácia com prudência

Há condições internas e internacionais favoráveis a que o Banco Central volte a combinar “prudência com uma pitada de audácia”, afirmou ontem o senador Paulo Hartung (PPS-ES). A tendência de crescimento da economia brasileira, a seu ver, sem prejuízo da estabilidade monetária, permite que, na próxima reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), no dia 21, a taxa básica de juros, de 19% desde setembro de 1999, possa ser reduzida, o que significará “importante instrumento de estímulo ao desenvolvimento econômico do país”.

A decisão tomada na terça-feira pelo Banco Central, de reduzir de 65% para 55% o compulsório sobre os depósitos à vista, foi considerada positiva pelo se-



Hartung desafia governo a demonstrar, na prática, seu otimismo com a economia

ros praticados no país, mesmo levando em conta a alta no preço do petróleo e a possibilidade de o Banco Central americano (FED) aumentar as taxas de juros básicas dos Estados Unidos, Hartung avaliou a decisão como insuficiente.

Na opinião do senador, a política monetária praticada nos primeiros meses de 1999, combinando prudência e audácia, não deveria ter sido substituída pela postura conservadora adotada pelo Banco Central a partir de outubro de 1999.

—Na verdade, o que a sociedade quer saber é se o governo realmente acredita no seu discurso de otimismo para a economia deste ano, o qual, na prática, vem sendo distinto da execução da política monetária — afirmou.

nador, pois resultará em mais R\$ 3 bilhões para os bancos, “que podem se traduzir em crédito”. Frente às condições “amplamente favoráveis” à redução dos ju-



Arruda recomenda não esquecer as lutas pela democracia para apreciar melhor a liberdade

Arruda lembra 15 anos da conquista da redemocratização

Ao lembrar que em 15 de março, há 15 anos, nascia a nova República — mesmo sem a posse de Tancredo Neves, substituído por seu vice, José Sarney —, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que a democracia somente será plena se usada como instrumento para dar bem-estar a toda a sociedade.

Para Arruda, os desafios do Brasil de hoje parecerão mais fáceis de vencer se olharmos o que se conseguiu obter nesses poucos anos. “A diminuição das desigualdades sociais está sendo combatida por passos concretos do Congresso, como a criação do Fundo de Combate à Pobreza. A retomada do crescimento já é um objetivo visível, ao lado da estabilidade econômica e das reformas constitucionais”, disse.

Arruda disse que o país vive tempos de liberdade que muitos

não valorizam porque já se esqueceram das dificuldades do regime ditatorial e das incertezas da época de transição democrática. “Além disso, cerca de 30% dos brasileiros têm menos de 21 anos, eles não viveram esses tempos difíceis. Mas, citando Tancredo Neves, eu afirmo que ‘não devemos nos dispersar’, mesmo respeitando as diferenças partidárias”, observou.

O senador ressaltou que a memória de um povo é parte relevante de sua liberdade, lembrando que George Orwell, em seu livro, *1984*, descreve a manobra do regime ditatorial de rever os fatos da História, e até as manchetes de jornais antigos, para massificar a opinião pública e dominá-la melhor. “Não podemos nos esquecer das lutas pela democracia para poder apreciar melhor os atuais tempos de liberdade”, concluiu.

Projetos sobre armas irão à CCJ e à CRE

Em resposta a questão de ordem formulada à Mesa do Senado por Renan Calheiros (PMDB-AL), Ademir Andrade (PSB-PA), no exercício da presidência, determinou que três projetos de lei que tratam do fabrico, porte e uso de armas no país sejam enviados primeiramente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para exame de constitucionalidade. Depois, para decisão em caráter terminativo, eles deverão ser apreciados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A Mesa aceitou o argumento de Calheiros, segundo o qual o próprio relator designado pela CRE, Pedro Piva (PSDB-SP), já questionou a constitucionalidade da matéria.

Suplicy pede providências contra filas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário que encaminhou ofício ao ministro da Justiça, José Carlos Dias, em que pede providências contra as filas a que estão sendo submetidos os estrangeiros que entram no país por São Paulo.

No dia 9 passado, às 7h, mais de 800 pessoas aguardavam que seus passaportes fossem vistos e carimbados por um dos três funcionários da Polícia Federal que estavam atendendo os estrangeiros no Aeroporto Internacional de Guarulhos, relatou. No domingo, às 21h30, mais de 400 pessoas dependiam de um único funcionário para entrar regularmente no Brasil.

do CIDADÃO

VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

A VOZ



0800 612211

A Voz do Cidadão é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal. De qualquer ponto do país, inclusive através de telefones públicos, você pode ligar 0800 612211 e tirar suas dúvidas ou apresentar sugestões, críticas e comentários. O serviço funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Participe!

Não custa nada para você, vale muito para o país.

www.senado.gov.br
e-mail: cidadao@senado.gov.br





Ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes cumprimenta o senador Roberto Saturnino no lançamento de *Contos do Rio*

Roberto Saturnino lança livro sobre o cotidiano carioca

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lançou na noite de ontem, no restaurante Carpe Diem, em Brasília, o livro *Contos do Rio – Filosofia do Rio em Sete Dimensões*. Trata-se do terceiro volume de uma trilogia de pequenas histórias que retratam o cotidiano carioca. Os dois livros anteriores, já publicados, abordaram a história e a geografia do Rio. O que está sendo lançado agora divide-se em sete temas – doçura, vontade, sabedoria, força, razão, destreza e amor.

Roberto Saturnino afirma que é difícil conciliar a atividade política como senador e sua vontade de es-

crever, mas considera que essas duas formas de ação pública convergem na retórica, nas paixões, no inconsciente coletivo, na atenção e sensibilidade aos dramas da vida.

– Gosto mais de ser escritor do que político. Mas isso não se aplica a todos os casos: conheço muitos políticos que só pensam em política e só olham a cidade e as pessoas contando votos – observou.

Os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Francelino Pereira (PFL-MG), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Freitas Neto (PFL-PI) estavam entre os primeiros convidados que prestigiaram o lançamento do livro.

Francelino: obra revela “o Rio real, com seus encantos e dramas”

O lançamento em Brasília do livro *Contos do Rio*, de autoria do senador Roberto Saturnino, foi saudado ontem em Plenário pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Prefaciado por outro senador, Artur da Távola (sem partido-RJ), o livro trata de sete dimensões observadas por Saturnino na vida do Rio: doçura, vontade, sabedoria, força, razão, destreza e amor.



Francelino propôs e o Plenário aprovou voto de congratulações a Saturnino

Artur da Távola, conforme a citação de Francelino.

Para o senador, *Contos do Rio* também se reveste de importância na medida em que o Rio é uma das culturas de maior ressonância no Brasil, com seu carnaval, sua música e seu futebol, entre outras manifestações. Francelino até se permitiu antever o tema do próximo livro de

Saturnino, ao lembrar o discurso que o senador do PSB proferiu na semana passada, falando do “cruzar de caminhos” de dois jovens – o traficante Marcinho VP e o cineasta João Salles.

– Desta vez, não era uma crônica de ficção, mas a dura e cruel vida real: o narcotráfico e o cinema, o morro, a favela e o asfalto. O Rio rico, meio complacente, e o Rio pobre, em sua vida de inconformismo – disse Francelino, que chamou a atenção para o apelo de Saturnino em prol de reflexão sobre saídas para a guerra infinda que assola a sociedade carioca. O senador obteve do Plenário a aprovação de um requerimento propondo voto de congratulações a Saturnino pelo lançamento de *Contos do Rio*.

Souto critica ação de São Paulo contra outros estados

Para o senador pela Bahia, recurso ao Judiciário, embora legítimo, caracteriza “uma verdadeira declaração de guerra”

O senador Paulo Souto (PFL-BA) considerou ontem “uma verdadeira declaração de guerra” o fato de o governo do estado de São Paulo ter entrado com ação no Supremo Tribunal Federal contra estados que ofereceram vantagens fiscais para atrair empresas. Paulo Souto disse reconhecer o legítimo direito de São Paulo de procurar o Poder Judiciário, mas lamenta que isso ocorra para impedir que outros estados da Federação usem seus próprios recursos para buscar o desenvolvimento.

Paulo Souto classificou como de caráter político a atitude de São Paulo, por visar principalmente os estados governados pelo PFL, e lembrou que aquele estado vem sendo privilegiado em relação às outras unidades da Federação. Ele citou a renegociação das dívidas mobiliárias dos estados, a al-



Paulo Souto afirma que São Paulo vem sendo privilegiado em relação aos outros estados

teração da Lei Kandir, o financiamento do sistema bancário público e as transferências constitucionais que buscam favorecer o estado. “Mas, sem dúvida, um dos aspectos mais cruéis reside na distribuição dos incentivos fiscais, resultantes de renúncias por

parte da União”, completou o senador, lembrando que a região Sudeste ficou com 44,1% das renúncias fiscais e o Nordeste com apenas 14%.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que desde o Império o estado de São Paulo é privilegiado em detrimento de outras unidades da Federação. Para o senador José Alencar (PMDB-MG), o governante de São Paulo, devido à grandiosidade do estado, tem também responsabilidade em relação aos demais. Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que a falta de uma política de integração nacional provocou a chamada guerra fiscal. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou para a necessidade de se tomar certos cuidados com os incentivos fiscais, porque podem favorecer empresas com patrimônio extraordinário.

Para ACM, Brasil não pode continuar com “paulistério”

Em nome do Senado Federal, o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, deu seu apoio ao discurso do senador Paulo Souto sobre guerra fiscal e pediu que ele sirva de orientação para o Senado e para o governo no tratamento dos desníveis regionais. Para o senador, o que se passa no Brasil em relação a São Paulo “é uma coisa altamente escandalosa”, onde as instituições financeiras só funcionam para beneficiar o estado e seus empresários. “O Brasil é um

só e não pode continuar com este paulistério”, disse.

O senador citou o ex-presidente Ernesto Geisel, que afirmava que a área econômica jamais poderia ficar exclusivamente com São Paulo, porque isso causaria um grande malefício para o país, tal a força econômica do estado. De acordo com Antonio Carlos, a advertência do senador Paulo Souto deve ser lida pelo presidente da República, para que possa diminuir as desigualdades.

– Mesmo que tenha o propósito de

fazê-lo, com os homens colocados no governo ligados a São Paulo não haverá a diminuição das desigualdades e sim o aumento da distância entre nossos estados e São Paulo. Todos hoje se submetem à tirania econômica de São Paulo – afirmou.

Em resposta, o senador Paulo Souto disse que Antonio Carlos, que exerceu o governo da Bahia por três vezes, sabe o que significa a luta para alcançar um lugar importante no desenvolvimento do país.

Atividades do Senado terão divulgação nos municípios

O diretor-geral do Senado Federal, Agaciel Maia, e o presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Welson Gasparini, assinaram ontem convênio que vai facilitar a divulgação, no âmbito municipal, das atividades realizadas pelo Senado. A parceria tem prazo de 24 meses, podendo ser prorrogada.

Pelo contrato, o Senado deverá disponibilizar material gráfico, de áudio, vídeo, informática e humano para auxiliar a ABM em eventos de divulgação da parceria. Já a associação deverá divulgar e promover os serviços e produtos oferecidos pelo Senado aos municípios e em todos os eventos por ela organizados, bem como elaborar e remeter mensalmente à Secretaria de Comunicação do Senado informativos sobre o andamento da parceria junto aos municípios.

– A parceria irá trazer melhores condições para modernizar a administração municipal. Prefeitos e servidores municipais estarão capacitados a executar muito melhor



Agaciel Maia, pelo Senado Federal, e Welson Gasparini, pela Associação Brasileira de Municípios, assinaram o convênio

suas atribuições – disse Welson Gasparini.

Agaciel Maia informou que o Senado tem dois projetos que possibilitam levar essa parceria a todos os municípios dos países. Um deles é a veiculação da programação da TV Senado em sinal aberto e o outro é a implantação da Universidade do Se-

nado, com cursos presenciais e a distância. Segundo Agaciel, isso permitirá aos servidores municipais treinamento qualificado, possibilitando ao Legislativo federal ter conhecimento efetivo dos problemas dos municípios brasileiros.

A parceria deve começar a ser implantada no segundo semestre deste ano.

Jucá defende mais rigor contra propaganda enganosa

Projeto já acolhido pelo Senado deverá ter sua aprovação recomendada à Câmara dos Deputados no relatório da CPI dos Medicamentos

A propaganda enganosa de determinados produtos, exibindo supostos efeitos positivos sem comprovação científica, foi condenada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que apresentou projeto impondo restrições a esse tipo de divulgação. O projeto proíbe a propaganda de produtos terapêuticos, cosméticos e alimentícios que não possuam registro na Secretaria de Vigilância Sanitária. Caso ocorra desrespeito à lei, os infratores estarão sujeitos a multas.

– Desse modo, teríamos um instrumento adequado e imediato para coibir abusos, bastando, para isso,

que os órgãos fiscalizadores verificassem a presença e a correção da informação a ser prestada. Em outras palavras, não seria necessário que os consumidores fossem lesados, descobrissem o fato e reclamassem – disse o senador.

Jucá lembrou que o projeto foi aprovado por unanimidade no Plenário do Senado e está há quase um ano na Câmara dos Deputados. Mas, segundo ele, o presidente da CPI dos Medicamentos, deputado Ney Lopes (PFL-RN), manifestou interesse pela proposta e incluirá, no relatório final da comissão, o pedido de aprovação do projeto.



Jucá quer proibir propaganda de produtos terapêuticos, cosméticos e alimentícios sem registro

Projeto de Távola proíbe publicidade em livros didáticos

O senador Artur da Távola (sem partido-RJ) apresentou projeto de lei proibindo o uso de propaganda ou publicidade de produtos destinados ao consumo ou à manutenção da imagem de marca em livros didáticos para qualquer nível escolar.

Em sua justificativa, Távola afirma que a publicidade em livro didático deve ser rechaçada de modo frontal. “Por trás dessa novidade mercadológica, está uma ideologia que se instila na mente infantil para conformá-la aos padrões e ditames do mercado. Essa criança consumista e acrítica ficará, em pouco tempo, de joelhos diante do produto e, pior, do pro-



Távola rejeita “ideologia que se instila na mente infantil para conformá-la aos padrões do mercado”

“Precisamos preparar a criança e o adolescente para discernir seu tempo e os atores que nele atuam. A prática que o projeto deseja conter não colabora com esse ideal. Ao contrário, conspira contra ele”, pondera.

O senador explica que seu projeto de lei procura sanar os abusos do consumismo. “Como a tarefa é urgente, peço a colaboração dos senadores para uma tramitação rápida dessa proposta restringindo a presença do anunciante à forma tradicional de patrocínio ou apoio cultural, com crédito na forma da presença da marca da entidade que viabilizou a edição”, conclui Artur da Távola.

“Precisamos preparar a criança e o adolescente para discernir seu tempo e os atores que nele atuam. A prática que o projeto deseja conter não colabora com esse ideal. Ao contrário, conspira contra ele”, pondera.

Álvaro Dias registra prêmio recebido pela *Gazeta do Povo*

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) registrou em Plenário que o jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná, recebeu pela décima vez consecutiva o Troféu de Ouro “Mérito Lojista”, concedido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. Até então, apenas a revista *Veja* e o jornal *Correio Braziliense* haviam recebido o prêmio por dez vezes seguidas.

– O prêmio é resultado da vo-

tação direta dos próprios empresários, que, em todo o Brasil, indicam as empresas mais representativas em cada setor como parceiras do desenvolvimento econômico – disse.

Conforme o senador, a premiação da *Gazeta do Povo* é merecida e reconhece a qualidade do trabalho de sua diretoria e funcionários. O jornal circula há 81 anos e, de acordo com Álvaro Dias, é uma empresa



Álvaro Dias informa que o jornal recebeu o “Mérito Lojista” pela décima vez consecutiva

que trabalha a serviço do desenvolvimento do Paraná.

Ernandes Amorim ganha ação judicial contra o *Correio Braziliense*

Após cinco anos, o *Correio Braziliense* foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal por falsa notícia, informou ontem o senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Ele moveu ação de reparação de danos contra o jornal, pela publicação de editorial segundo o qual estaria então respondendo a 39 processos criminais, inclusive por envolvimento no narcotráfico. Na ocasião, Ernandes Amorim acabara de ser eleito para ocupar o cargo de 4º secretário da Mesa do Senado.

Para o senador, é necessário criar um procedimento especial, mais ágil, para o julgamento de casos de calúnia, difamação e injúria, para que a sociedade “possa rapidamente saber se seu representante político é digno ou não”. Ele também defendeu a aprovação da chamada “lei da mordaza”, não para proibir a informação, “mas para preservar a autoridade”. Ele ainda aguarda decisão de ações contra a Enciclopédia Britânica do Brasil, o *Jornal do Brasil* e o *Estado de S. Paulo*.

A origem da “campanha difamatória”, segundo Amorim, estaria no fato de ele, como deputado estadual, ter defendido a exploração de estanho em Rondônia por garimpeiros, enfrentando “os interesses de grandes empresas de mineração



Amorim defende aprovação da “lei da mordaza” para “preservar a autoridade”

brasileiras e multinacionais”.

Se trouxe constrangimentos a ele e sua família, as acusações também despertaram apoios que Ernandes Amorim fez questão de registrar, entre eles o do jornalista Boris Casoy, que lhe deu direito de resposta. Ele citou, ainda, a Polícia Federal, que atuou com rapidez e isenção no levantamento de informações necessárias à decisão do Senado sobre o processo de cassação de seu mandato. Finalmente, Amorim agradeceu ao Senado, “que procurou resolver a questão com diligência” e arquivou o procedimento que pretendia a cassação de seu mandato, por 66 votos a seis.

Estevão quer que ex-jogador possa treinar times de futebol

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto que permite a ex-jogadores profissionais de futebol exercerem o cargo de treinador desse esporte, sem a exigência de formação universitária em educação física. A proposta exige que o jogador tenha exercido a atividade de atleta profissional por pelo menos cinco anos e trabalhe ou tenha trabalhado como assistente técnico de treinador profissional de futebol por um período de, pelo menos, seis meses. Segundo Estevão, estes são prazos suficientes para a aquisição do conhecimento prático, da técnica e da informação sobre os fundamentos do esporte.

Na justificativa, o senador argumenta que o projeto não prejudicará os portadores de diplo-



Estevão lembra que jogadores de futebol têm, em relação a outras profissões, uma carreira curta

ma universitário, “que continuarão a gozar da prerrogativa que a lei lhes confere”, e beneficiará os ex-jogadores de futebol, que têm, em relação a outras profissões, uma carreira muito curta.